

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Notas](#) 7

Valor Econômico

[Título: Ipsi Litteris](#) 19

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Arábia Saudita defende prorrogar corte de produção de petróleo.....	2
Título: Nota.....	4
Título: Privatizações incertas.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Notas.....	7
Título: Com dívida de R\$ 100 bi, usinas apostam em etanol para se recuperar.....	8
Título: No TRF, defesa da Petrobrás pedirá fim de cargo político	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Energias renováveis avançam	13
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Distribuidora calcula perdas com redução da taxa de remuneração	15

Título: Indústria teme que tarifa afete produção	17
Título: Ipsis Litteris	19
Título: CCR estuda entrar em geração de energia	20
Título: Russa NLMK cresce 40% em volume e receita na região.....	22

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Arábia Saudita defende prorrogar corte de produção de petróleo

Rússia apoia proposta. Acordo de países da Opep é válido até o fim do ano.

-Mascate (OMÃ)- No fim de 2016, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) resolveram diminuir o volume de produção de óleo no mundo e, assim, elevar os preços da commodity, na época na casa dos US\$ 50 o barril, considerada muito baixa pelo mercado. O acordo vale até o fim de 2018, mas a Arábia Saudita, líder do grupo de maiores produtores, defendeu a continuidade dessa estratégia por mais tempo, inclusive com a cooperação de países de fora do cartel do setor.

— Não devemos limitar nossos esforços a 2018. Precisamos discutir um marco de cooperação. Estou falando de estender esse marco, que é a declaração de cooperação, para além de 2018. Isso não necessariamente significa submeter barril a barril aos mesmos limites que estabelecemos em 2016. Mas é garantir às partes interessadas, investidores e à comunidade global que isso é algo que veio para ficar. E vamos trabalhar juntos — afirmou o ministro da Energia saudita, Khalid al-Falih, antes de uma reunião ministerial de países produtores em Omã.

O compromisso é compartilhado pela Rússia, principal produtor fora da Opep.

— Os dois maiores produtores e exportadores de petróleo podem continuar sua cooperação pelo bem do setor, pelo bem da estabilidade — afirmou o ministro da Energia da Rússia, Alexander Novak.

Nas últimas semanas, a cotação do óleo Brent, referência para o mercado, chegou a US\$ 70, alta de aproximadamente 40% em relação a 2016. A variação dos preços de petróleo é importante não só para os grandes nomes do setor, mas também para o bolso do consumidor brasileiro, principalmente desde que a Petrobras mudou sua política de reajustes de combustíveis para acompanhar o mercado internacional.

RISCO DE AUMENTO DA OFERTA

Participaram da reunião ontem representantes da Arábia Saudita, Kuwait, Venezuela e Argélia, todos membros da Opep, além de Rússia e Omã, que não fazem parte do grupo, mas são importantes produtores de petróleo.

O ministro saudita lembrou que a economia mundial se recuperou enquanto os estoques de petróleo no mundo encolheram por causa das cotas de produção estabelecidas pela Opep.

Agora, a expectativa é que o setor volte a se equilibrar neste ano. Falih destacou, no entanto, que os produtores ainda têm muito trabalho pela frente para recuperar integralmente o setor e que é improvável que esse equilíbrio seja alcançado ainda na primeira metade de 2018.

A preocupação de Falih e outros ministros da região é que a combinação entre retomada de preços e recuperação da economia global cause um aumento da oferta do óleo não convencional (shale oil) produzido nos Estados Unidos, que deve ultrapassar a Arábia Saudita em produção de petróleo, segundo relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) divulgado nesta semana. Esse mesmo estudo alertou para o aumento da produção de petróleo no mundo, não só nos poços americanos, mas também no Canadá e no Brasil. "Crescimento explosivo nos EUA e ganhos substanciais no Canadá e no Brasil vão superar de longe o forte declínio na Venezuela e no México" destaca o documento.

A Opep tem a meta de diminuir o estoque de petróleo no mundo para a média dos últimos cinco anos, que seria considerado um patamar mais normal de produção. Mas encontrar esse ponto de equilíbrio não tem sido tarefa fácil, afirmou o ministro saudita: — Temos que identificar claramente o que é um nível normal, qual seria essa média de cinco anos? Quanto mais esperamos para alcançar esse alvo, mais aumentamos essa média para um nível inflado de estoques.

A próxima reunião da Opep está marcada para junho, em Viena, na Áustria.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: George Vidor****Título: Nota**

E "LA NAVE VA"

Indústria do petróleo já se ajustou no mundo aos patamares de preços mais baixos. No Brasil, também.

A forte queda dos preços do petróleo mudou a cara do setor. As grandes companhias reviram seus custos, e algumas conseguem hoje produzir mais no Golfo do México gastando um terço a menos do que nos tempos da bonança. Embora as cotações internacionais do óleo tenham voltado a subir e estejam oscilando na faixa de US\$ 60 a US\$ 70 o barril, a pressão sobre os custos, para baixo, será mantida. No caso do Golfo do México, houve considerável redução nos gastos com logística. Barcos de apoio às plataformas de exploração e produção têm sido afretados com mais rigor. E equipamentos alugados não ficam parados à espera de ordens de serviço.

No Brasil, essa é também a realidade da indústria, talvez de maneira ainda mais dura porque a companhia líder, a estatal Petrobras, ficou atolada dentro de um profundo lodaçal de corrupção patrocinado por quem deveria ter cuidado dela. Um rolo compressor passou sobre a cadeia produtiva sem distinguir gregos de troianos. Muito lentamente, a própria Petrobras e os demais atores da indústria estão passando uma peneira para separar o joio do trigo, à medida que os investimentos são retomados. A situação mais crítica é a dos estaleiros, que a curto prazo não têm perspectiva de encomendas. Os blocos recentemente licitados demandarão de imediato pesquisas. A fase da contratação de grandes equipamentos ainda vai demorar.

E há também impasses nas negociações. Os estaleiros Brasfels (Angra dos Reis) e Jurong (Aracruz) estão com sondas de perfuração, que haviam sido encomendadas pela Sete Brasil, praticamente prontas, aguardando definição. No Eisal (Estaleiro Mauá, Niterói), há três petroleiros em condições de serem entregues nos próximos meses e não se chega a um entendimento. No Rio Grande do Sul, partes de uma plataforma em construção correm o risco de serem vendidas como sucata. No Comperj, a conclusão da rede de tubos, que será necessária não só para o funcionamento da futura refinaria, mas também para a entrada em operação da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) até 2019, aguarda autorização da Petrobras.

A indústria brasileira em geral, e, em especial, a de bens de capital (máquinas e equipamentos), habituou-se ao protecionismo, à reserva de mercado. Políticas que até se mostraram necessárias em determinados momentos. Está em questão, no momento, por exemplo, o descomissionamento de plataformas da Petrobras que vão chegando ao fim de sua vida útil ou que não servem mais aos propósitos originais (caso dos equipamentos utilizados no pioneiro campo gigante de Marlim, na Bacia de Campos). A indústria naval, sufocada, reivindica privilégios nesse processo. Difícil concorrer com Bangladesh, onde navios são largados nas praias e os cascos cortados com maçaricos por centenas de pessoas, amarradas em cordas e descendo de rapel pelas paredes de aço.

Mesmo assim, com tantos impasses, o setor de óleo e gás não está de braços cruzados no país. Todos os dias, os parceiros assinam três documentos, em média, relativos aos campos operados pela Petrobras na camada do pré-sal na Bacia de Santos. Mais de mil documentos por ano envolvendo decisões relacionadas à operação dos campos (sem considerar os contratos de grandes equipamentos). Até a Bacia de Campos, com produção em declínio, demanda novos serviços. No ano passado, o Parque Bellavista, empreendimento privado em Macaé que abriga empresas de suprimentos da área de petróleo, recebeu mais quatro companhias. Macaé quase virou uma cidade fantasma e volta a ter vida.

Uma coisa é certa: o setor de óleo já deixou de andar para trás no Brasil e certamente 2018 será melhor que 2017 para a atividade.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Privatizações incertas

Analistas veem risco de que leilões com receitas previstas de R\$ 17 bi no Orçamento não saiam este ano.

O calendário apertado, em meio às eleições presidenciais, o grande número de projetos e a complexidade de algumas propostas devem atrapalhar os planos do governo do presidente Michel Temer de concluir, ainda neste ano, parte significativa dos projetos de concessões e privatizações, uma das bandeiras da atual gestão. Sem eles, o governo corre o risco de perder receitas de, ao menos, R\$ 17,1 bilhões, segundo valores listados no Orçamento. As concessões são consideradas fundamentais para fechar as contas públicas este ano e impulsionar investimentos.

Segundo analistas, os projetos que enfrentam mais entraves incluem a privatização da Eletrobras, responsável, sozinha, por uma receita estimada de R\$ 12,2 bilhões; a concessão de 13 aeroportos, que poderia render ao menos R\$ 3,7 bilhões aos cofres públicos; a da Loteria Instantânea (Lotex, a "raspadinha"), com valor previsto de R\$ 958 milhões; e a de ferrovias, com R\$ 274 milhões. Os números constam do detalhamento do Orçamento deste ano, que estabeleceu como meta que o rombo não pode ultrapassar R\$ 159 bilhões.

Para especialistas, a carteira de projetos tem potencial para atrair uma gama variada de investidores estratégicos e financeiros. O problema é cumprir o cronograma, ainda mais num ano de eleições. O governo reconhece que é um "desafio" mas garante que vai finalizar tudo este ano. A privatização da Eletrobras, por exemplo, enfrenta forte resistência política, principalmente nas bancadas do Nordeste e de Minas Gerais. O presidente Michel Temer, porém, decidiu enviar o projeto de lei ao Congresso hoje. A medida deve funcionar como uma sinalização positiva a investidores no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Para o advogado Fernando Vernalha, sócio do escritório VG&P, a maior parte dos projetos é complexa, de longo prazo e requer tempo de preparação.

— Não sabemos o quão evoluído o governo está em relação a muitos projetos. A estrutura de concessões é limitada, apesar de muito boa, mas é uma equipe pequena. Existe um receio de que o governo não consiga colocar na praça todos esses projetos — disse Vernalha.

RISCO ELEITORAL NAS CONCESSÕES

Caso o governo conseguisse levar adiante a concessão à iniciativa privada dos 75 projetos previstos no total, poderia atrair R\$ 132,7 bilhões em investimentos.

A principal dúvida no mercado é com relação aos leilões de ferrovias, mesmo após o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, responsável pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), ter afirmado recentemente que esse modal será prioridade para o governo este ano.

A União pretende fazer ao menos três leilões de ferrovias em 2018: o da Norte-Sul, entre Tocantins e São Paulo; o da Ferrogrão, entre Mato Grosso e Pará; e o da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), entre Tocantins e Bahia. Além disso, há renovações antecipadas de concessões existentes em troca de mais investimentos. Apesar das demonstrações de interesse do mercado, principalmente na Norte-Sul, analistas apontam a complexidade do modelo das licitações e a falta de um marco regulatório consolidado como entraves. (...)

O governo programou para este ano o leilão de 13 aeroportos, como os de Macaé, Maceió e Recife, entre outros, e a participação acionária da Infraero em outros quatro aeroportos já concedidos (Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos). Depois do sucesso na última licitação, a equipe econômica programa uma modelagem em que os projetos serão oferecidos em blocos. Dessa forma, aeroportos deficitários seriam leiloados junto com terminais lucrativos. Foi a forma encontrada de não deixar a Infraero apenas com prejuízos.

— É desafiador fazer neste ano essas concessões, até de aeroportos. Muito vai depender do ambiente político em meados do ano. Se tiver um viés de continuidade, as coisas acontecerão mais rápido. Se tiver um viés contrário, é natural que se coloque o pé no freio — afirmou Pablo Sorj, sócio do escritório Mattos Filho. (...)

— A Infraero pertence hoje a partido político. Tem que se discutir o modelo e o papel da empresa, porque também não pode botar na mão dela um bando de aeroportos deficitários e ela precisar ser socorrida pelo Tesouro — disse Claudio Frisch-tak, presidente da Inter.B Consultoria.

No caso das rodovias — nas quais não há pagamento ao governo, e os leilões são feitos pelo critério de menor tarifa de pedágio — o Executivo prometeu a licitação de oito trechos (com três passando pelo Rio) até o fim do ano. Há dúvidas sobre a qualidade e a capacidade de retorno. (..)

"É QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA"

O secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos — responsável pelas concessões —, Adalberto Santos de Vasconcelos, garante que será possível cumprir o cronograma e diz que, dos 145 empreendimentos previstos no programa, 70 ativos já foram leiloados. Para ele, o calendário eleitoral não atrapalha, já que se tratam de investimentos de longo prazo: — É desafiadora a meta, mas o trabalho que a gente vem executando ao longo desses 19 meses do programa nos credencia a afirmar que é possível concluir esses projetos. Não é uma questão de meta de governo, é uma questão de sobrevivência do país. Não há crescimento no país de forma sustentável sem investimento em infraestrutura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Andreza Matais

Título: Notas

» Portas abertas.

O **ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)** distribuirá no Fórum Econômico Mundial de Davos um folder em inglês sobre o potencial de investimento na geração de energia de fontes renováveis no Brasil.

» **Oferta.**

O texto anuncia a investidores estrangeiros a venda de ações da Eletrobrás, apesar de a privatização ainda constar de projeto de lei que precisa ser aprovado pelo Congresso. Aliás, a proposta assinada por Temer na sexta deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União.

Com Leonel Rocha e Isadora Peron. Colaboraram Vera Rosa e Rafael Moraes Moura

Bombou nas redes!

Randolfe Rodrigues / Senador (Rede-AP)

"Nós estaremos aqui para não permitir que ações como essa sigam em frente!", manifestando-se contrariamente ao projeto de lei que privatiza a Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Com dívida de R\$ 100 bi, usinas apostam em etanol para se recuperar

Estratégia. Motivadas pelos preços mais competitivos do combustível, reflexo da política de reajustes da Petrobrás, empresas vão reduzir oferta de açúcar; faturamento do setor deve atingir cerca de R\$ 90 bilhões nesta safra, queda de 8% sobre o ciclo anterior

Dez anos após atingir seu auge, com investimentos bilionários em novas usinas e produção recorde de cana-de-açúcar, as indústrias sucroalcooleiras amargam hoje um endividamento pesado em seus balanços, de cerca de R\$ 100 bilhões, e buscam alternativas para melhorar a rentabilidade. A aposta do setor para este ano é aumentar a produção de etanol, que está com os preços mais competitivos que os do açúcar, como reflexo da atual política de reajuste dos combustíveis adotada pela Petrobrás.

Nesta safra, que se encerra em março, a 2017/18, o faturamento das indústrias do setor deve ficar em R\$ 90 bilhões, de acordo com levantamento preliminar da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica). Se confirmadas as estimativas, será um recuo de 8% sobre o ciclo 2016/17. A produção de cana no País deve encolher, ficando entre 630 milhões e 640 milhões de toneladas – ante uma

oferta de 651 milhões de toneladas da safra anterior. A estratégia para este ano é reduzir a produção de açúcar em pelo menos 3 milhões de toneladas (dos atuais 38,5 milhões) para se concentrar no etanol.

Embora muitas empresas do setor tenham conseguido refinanciar suas dívidas, são poucos os grupos que efetivamente estão com fôlego para fazer investimentos novos em expansão das áreas agrícola e industrial, diz Alexandre Figliolino, sócio da MB Associados. A maior parte delas gera caixa apenas para pagar suas dívidas. "Uma nova onda de consolidação, como a de há dez anos, está longe de ocorrer. Vejo aquisições mais pontuais nos próximos meses", diz Figliolino.

A expectativa é de que as usinas invistam, de modo geral, cerca de R\$ 10 bilhões na próxima safra, metade do que seria necessário para fazer uma ampla manutenção dos canaviais, necessária para elevar a produtividade das lavouras, afirma Guilherme Bellotti, analista sênior de agronegócio do Itaú BBA. Por conta dos baixos investimentos nos últimos anos, é esperada uma estagnação da produção de cana no País em 2018. Mas especialistas ouvidos pelo Estado projetam uma melhora para os próximos ciclos.

Incentivos.

Além da recuperação da economia, o setor conta com a ajuda de um novo programa do governo para voltar a crescer. Sancionado por Michel Temer no fim do ano passado, o Plano Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio, estimula a produção de combustíveis limpos por meio do estabelecimento de metas para a redução da emissões de carbono e prevê um ágio nos preços para os produtores que adotarem essas práticas. "O programa estabelece o papel do etanol como matriz energética para o futuro e dá previsibilidade à commodity. Mas ainda são os primeiros passos. Embora o mercado reaja rapidamente, não esperamos nenhuma mudança drástica em 2018", diz Fabio Venturelli, presidente do grupo São Martinho.

Fontes do mercado financeiro e analistas são reticentes sobre uma recuperação do setor impulsionada por incentivos. O último boom ocorreu entre 2003 e 2008, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, que deu estímulos à produção de etanol e fez a demanda do combustível deslanchar no País com a venda de veículos flex. Dezenas de usinas foram erguidas e investidores locais e estrangeiros deram início a um movimento de consolidação. Na gestão de Dilma Rousseff, contudo, que teve como bandeira o controle dos preços da gasolina, o etanol perdeu a competitividade e muitos projetos, que mal tinham saído do papel, sofreram revés.

Enxuto. O País chegou a ter cerca de 450 usinas em 2008 – hoje são 366 em operação no Brasil, segundo a Unica, com base nos dados do Ministério da Agricultura. A região do Centro-Sul, que responde por mais de 90% da produção do País, tem 279 usinas em atividade. Até o momento, mais de 30 unidades estão em recuperação judicial e outras dezenas estão paradas. O grupo Odebrecht foi um dos principais investidores do setor nos anos 2000 por meio de aquisições e logo ficou entre os cinco maiores produtores do País.

Assim como boa parte dos novatos do setor, hoje está em busca de sócios e não descarta se desfazer dos ativos, segundo fontes. A companhia, que agora se chama Atvos (ex-Odebrecht Agroindustrial), está entre as mais endividadas do segmento. Em 2016, alongou R\$ 11 bilhões em dívidas. O desafio atual é atrair capital, mas o excesso de usinas à venda aumenta a concorrência. A Atvos nega que esteja à venda. Com dívidas bilionárias acumuladas no passado recente, as companhias passaram esses últimos anos tentando melhorar a saúde financeira. "Acreditamos em um movimento de reversão de queda da dívida do setor", diz Pedro Fernandes, diretor de agronegócio do Itaú BBA. Investidores locais e estrangeiros já estão atentos a esse movimento, mas sem tanta pressa para fechar bons negócios.

Programa deve sair do papel em 2020

As indústrias de açúcar e álcool esperam que o programa de incentivos ao setor, o RenovaBio, seja colocado em prática a partir de 2020. Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica), disse que as metas para o programa serão definidas nos próximos seis meses. "Após isso, são mais 18 meses para a criação da legislação exigida." Segundo Rodrigues, as usinas de etanol vão ser remuneradas pelo ganho de produtividade e pela inovação nos canaviais e indústrias, sem necessariamente ter aumento de produção. /M.S.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: M.S.

Título: Investidor volta a olhar negócios no setor

Usinas de grupos em situação financeira difícil são os maiores alvos; no entanto, muitas unidades não receberam oferta.

Passado o período mais crítico da crise do setor sucroalcooleiro, investidores nacionais e estrangeiros começam a olhar, ainda de forma tímida, ativos que estão à venda no País. Os principais alvos, nos últimos meses, têm sido usinas de empresas que entraram em recuperação judicial ou que foram a leilão. A

Raízen (joint venture entre Cosan e Shell), maior grupo do setor e responsável pelo movimento de consolidação nos anos 2000, arrematou, por cerca de R\$ 820 milhões, em setembro do ano passado, duas unidades que pertenciam ao grupo Tonon Bionergia, que está em recuperação judicial. Essas unidades são estratégicas para a Raízen por estarem no centrooeste do Estado de São Paulo e complementarem o déficit de cana detectado pelo grupo na região.

A Tonon, que entrou com pedido de proteção à Justiça em 2015, ainda ficou com uma usina no Mato Grosso do Sul. Já a Renuka, também em recuperação judicial, não conseguiu comprador para suas duas unidades, que ficam no noroeste do Estado. A empresa, que colocou usinas em leilão, não atraiu comprador, de acordo com pessoas com conhecimento no assunto. A grande oferta de grupos com problemas financeiros à venda deixou o investidor mais seletivo, mesmo com ativos de empresas com boa estrutura financeira. É o caso da multinacional Cargill, que há meses tenta vender sua unidade paulista Cevasa, segundo uma fonte com conhecimento no assunto. Procurada, a trading não quis comentar.

A Petrobrás tem o mesmo problema. No fim de 2016, a petroleira se desfez de participações de duas importantes unidades – uma em sociedade com o Grupo São Martinho, a Nova Fronteira, em Goiás, e outra com a francesa Tereos, a Guarani, levantando no total US\$ 235 milhões. A petroleira agora tenta, sem sucesso, se desfazer de uma unidade em Minas Gerais que tem investidores locais como sócios. Em nota, a estatal reforçou que o Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 prevê "otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de GLP, produção de fertilizantes e das participações em petroquímica, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento". Interesse.

O Estado apurou que o grupo alemão Sudzucker voltou a olhar ativamente negócios no Brasil – o banco Rabobank tem o mandato da companhia. Com tradição em comercialização global de açúcar no mundo, a trading alemã informou, em nota, que estuda oportunidades dentro e fora do País, mas não quis comentar estratégia, nem confirmar o assessor financeiro contratado para avaliar potenciais negócios. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Ricardo Brandt

Título: No TRF, defesa da Petrobrás pedirá fim de cargo político

Em julgamento de Lula, advogado contratado como assistente de acusação na Lava Jato vai criticar loteamento de direção da empresa

Na sustentação oral durante o julgamento do recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta quarta-feira, o advogado da Petrobrás, René Ariel Dotti, vai defender o fim dos "políticos profissionais" na direção de estatais como forma de combater a corrupção. O criminalista foi contratado pela empresa como assistente de acusação e auxilia o Ministério Público Federal (MPF) nos processos da Operação Lava Jato.

"Nas mazelas da administração pública, em todos os níveis, a generalidade dos cargos em comissão é porta aberta para os malsinados cabides de emprego para a prestação de serviços estranhos à função, como é rotineiro em gabinetes de parlamentares", afirmou Dotti, que será o segundo a falar aos desembargadores federais da 8.ª Turma Criminal do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), em Porto Alegre. "O fenômeno tornou-se rotineiro na cultura política de aparelhamento do Estado, onde não há desempregados."

O advogado e professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná (UFPR) afirmou ao Estado que vai ampliar o debate durante sua sustentação. "A sociedade civil organizada poderá manifestar-se contra a escolha de políticos profissionais para assunção de cargos que lhes permita manter a cultura deletéria da distribuição política de funções públicas. Pretendo repercutir esta tese em minha exposição durante o julgamento. A população certamente aprovará", afirmou Dotti.

O MPF, a Polícia Federal e a Receita Federal, em quase quatro anos de Lava Jato, mostraram que o loteamento de cargos estratégicos na Petrobrás durante o governo Lula serviram como forma de garantir apoio dos partidos da base e aliados, de arrecadar propinas para campanhas eleitorais e de propiciar enriquecimento ilícito – o rombo estimado é de mais de R\$ 40 bilhões. Por meio desse fatiamento, PT, MDB e PP controlavam diretorias da estatal. O advogado vai levar à 8.ª Turma Criminal a tese da "necessidade urgente" de regulamentação para o inciso da Constituição que trata de quem deve ocupar os cargos em comissão no poder público.

O inciso V, do artigo 37, estabelece que funções de confiança, "exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento". "O inciso V nunca foi regulamentado. Urge a regulamentação com a clara definição das condições para preenchimento dos cargos em comissão, eufemismo para designar cabos eleitorais e outros prestadores de serviços pessoais", disse Dotti.

O criminalista vai propor ainda em sua manifestação oral na tribuna, diante dos três desembargadores federais da 8.^a Turma, a necessidade de fazer valer a regra do artigo 41, inciso III, da Constituição, que estabelece como obrigação "o procedimento de avaliação periódica de desempenho" do funcionário, "que sendo reiteradamente insatisfatório possa levar o servidor estável à demissão". Além disso, Dotti vai acompanhar parecer do MPF pela manutenção da condenação do ex-presidente pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex no Guarujá (SP) e também vai defender o aumento da pena – inicialmente estipulada pelo juiz federal Sérgio Moro em 9 anos e 6 meses de prisão.

Ele vai pedir que os recursos recuperados pela Justiça sejam transferidos para os cofres da Petrobrás. Guerra jurídica. Conhecido por ter repreendido o advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, durante audiência do ex-presidente com Moro, em Curitiba, no ano passado, ao ver o colega "desrespeitar" o magistrado, Dotti afirmou que não existe uma "guerra jurídica" na Operação Lava Jato como alega o petista. Mas, "sim, um debate nacional sobre a operação que aponta o maior escândalo financeiro na história do Brasil".

Ele também refutou a tese de perseguição e cerceamento de defesa. "O imenso número de recursos manifestados contra as decisões do juiz Sérgio Moro, e a abertura, pelo ex-presidente, de processos administrativos, ação penal e outros expedientes contra o magistrado apontam em sentido contrário." Dotti vai fazer sustentação oral dos pedidos da Petrobrás como assistente da acusação logo após a manifestação do procurador regional da República Maurício Gotardo Gerum – seu ex-aluno na UFPR. Aos 83 anos, o advogado quase não faz mais audiências, tem uma equipe em seu escritório em Curitiba, mas nesta quarta-feira vai pessoalmente a Porto Alegre.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Energias renováveis avançam

São Paulo — Nos últimos dias, o Brasil deu um passo importante para se tornar referência em energias renováveis ao aprovar o processo de adesão à Irena, a agência internacional do setor. A decisão foi comunicada pela Comissão Interministerial em Organismos Internacionais do governo federal, depois da 8^a Assembleia Geral da Irena, em Abu Dhabi. A organização tem, atualmente, 152 países-membros. Outros 30 estão em processo de adesão, como o Brasil.

Para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, a decisão de participar da Irena posiciona o Brasil no centro das

discussões mundiais sobre a expansão das chamadas energias verdes, o que é fundamental para que o mercado brasileiro siga com o processo de inserção de renováveis que está em andamento. “Especificamente para a fonte solar fotovoltaica, trata-se de uma enorme oportunidade de mais aprendizado sobre modelos de negócios, regulação e novas estruturas comerciais”, diz Barroso.

Os números mostram que os sistemas de energia tradicionais estão mudando rápido em função dos investimentos em novos projetos de geração alternativa que já superaram em capacidade os de combustíveis fósseis. Em 2016, dos 162 gigawatts (GW) de energia adicionados ao sistema, 60% vieram de fontes renováveis.

Relatório recente da Irena mostra que os projetos e leilões de todas as tecnologias de geração de energias renováveis são mais baratos e devem continuar com preços mais baixos que os fósseis. Os dados da Irena mostram ainda que o custo de geração de energia eólica (aquela movida pela força dos ventos) vem registrando queda de 25% desde 2010. Já os custos de energia solar fotovoltaica tiveram redução de 73% no mesmo período. Estima-se que, até 2020, os custos com energia solar cairão pela metade.

O documento prevê que, entre este ano e 2020, os empreendimentos de energias solar e eólica terrestre poderão entregar o quilowatt-hora (kWh) a 3 centavos de dólar, bem abaixo do custo da energia extraída dos combustíveis fósseis. Com base na média dos últimos 12 meses, essa energia é entregue hoje entre 6 centavos de dólar e 10 centavos de dólar por kWh.

Eficiência

Entre os países que integram o grupo dos Brics, o Brasil lidera com folga o ranking de produção de energias renováveis. No boletim anual Energia no bloco dos Brics, a matriz de geração elétrica brasileira registrou em 2016 80,4% de fontes renováveis, ante 25,3% do conjunto do grupo e 23,6% da média mundial. O maior consumo de energia de fontes alternativas impacta diretamente no volume de emissões de CO². Segundo o mesmo relatório, as emissões brasileiras correspondem à metade da média dos Brics.

O aumento da participação de fontes renováveis na matriz brasileira tem atraído cada vez mais investimentos. No fim do ano passado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a captação de US\$ 141,7 milhões junto ao banco de fomento alemão Krefitanstalt für Wiederaufbau (KfW). O dinheiro será destinado a investimentos em projetos que envolvem eficiência energética e energias renováveis (solar, eólica, pequenas centrais hidrelétricas e bioenergia, entre outras.)

Exemplo do avanço de energias renováveis é o crescimento da utilização de energia de fonte solar fotovoltaica, que alcançou, na semana passada, a marca de 1 gigawatt de potência instalada na matriz elétrica brasileira. Pelos cálculos da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), responsável pela medição, esse volume de energia é suficiente para abastecer 500 mil residências e atender ao consumo de 2 milhões de brasileiros.

O resultado também coloca o Brasil entre os 30 países que têm mais de 1GW de fonte solar. Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar, reconhece os avanços, mas pondera que o país ainda está muito aquém do seu potencial. “O Brasil está mais de 15 anos atrasado no uso da energia solar fotovoltaica. Temos condições de ficar entre os principais países nesse mercado, mas, para isso, precisamos de um programa nacional estruturado”, afirma.

Mercado em ascensão

Os números do setor de energias renováveis no Brasil

Os investimentos em fontes alternativas de energia deverão chegar a US\$ 237 bilhões até 2040

Apenas em 2017 foram investidos US\$ 6,2 bilhões em energias renováveis

Da energia total gerada hoje, 6% vêm de fontes solar e eólica.

Em 2040, a participação deverá saltar para 43%

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Distribuidora calcula perdas com redução da taxa de remuneração

A proposta da área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de redução da taxa de remuneração ("WACC regulatório") para o próximo ciclo de revisões tarifárias das distribuidoras, que se inicia em março deste ano e vai até 2020, de 8,09% para 7,71%, provocará a perda de 6% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) anual das distribuidoras, para R\$ 6,2 bilhões, e uma redução de investimentos no setor de R\$ 3 bilhões ao ano. As projeções são da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), o Instituto Acende Brasil e o Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ.

A proposta da agência tem preocupado o setor de distribuição, segmento mais afetado do mercado elétrico desde a publicação da Medida Provisória

579/2012, seguida por uma grave crise hídrica. De acordo com levantamento feito pelo Gesel/UFRJ, o setor de distribuição brasileiro deu prejuízo nos anos de 2015 e 2016. Nesse mesmo biênio, 27% das grandes empresas privadas do setor, que em geral são mais eficientes que as estatais, tiveram prejuízo.

"Você imagina que um setor de infraestrutura monopolista regulado é de baixo risco e retorno moderado. Se a empresa for muito eficiente, ela terá um retorno um pouco maior, mas nada excepcional. E, se ela for mal, ela terá um lucro baixo, mas não um prejuízo", afirma Roberto Brandão, pesquisador do Gesel/UFRJ.

Outro dado preocupante, levantado pelo Acende Brasil, é o aumento do nível de endividamento na distribuição, que passou de 4 vezes a dívida líquida sobre Ebitda, em 2012, para 11,7 vezes, em 2016. Considerando apenas as empresas privadas, esse número cresceu de 3,3 vezes para 4,5 vezes, superando o limite de sustentabilidade indicado pelas agências de rating, de 3,5 vezes. "Uma 'boca de jacaré' vai crescendo negativamente [dívida líquida aumenta enquanto Ebitda recua], mostrando que a regulação não está sendo bem sucedida no que diz respeito aos incentivos e a remuneração do capital", diz o presidente do Acende Brasil, Claudio Sales.

"Levar o WACC para 7,71% gera redução de 0,3% de tarifa. Estamos falando de um consumidor que hoje paga R\$ 100 e vai ter R\$ 0,30 de desconto. É imperceptível. Não é nem intuitivo para o consumidor. Por outro lado, isso significa redução de R\$ 3 bilhões por ano de investimentos para a distribuição", afirma Eduardo Monteiro, diretor executivo do Acende Brasil.

De acordo com Nelson Leite, presidente da Abradee, o problema não está na metodologia em si, mas na forma como estão sendo feitos os cálculos pela Aneel, que não percebem os riscos adicionais recentes para o setor. O executivo afirma que a taxa atual da distribuição de energia já é uma das menores em relação a outros mercados regulados, como portos (10%), rodovias (9,2%), distribuição de gás natural em São Paulo (8,62%) e aeroportos (8,50%).

Ainda de acordo com a associação, a taxa do setor de distribuição de energia brasileiro é menor do que o praticado no Uruguai (10,13%), Colômbia (9,31%) e Peru (8,40%). Caso o indicador seja reduzido para 7,71%, como propõe a Aneel, ele ficará abaixo da taxa praticada no Chile (7,75%). Para o coordenador do Gesel/UFRJ, professor Nivalde de Castro, o ideal é que a Aneel tenha sensibilidade para tratar do assunto. "Não basta discutir um número. É importante discutir o cenário atual."

Segundo uma fonte de um dos potenciais interessados na aquisição das distribuidoras que a Eletrobras planeja vender neste ano, a redução da taxa

para o próximo ciclo tarifário retira ainda mais a atratividade dessas empresas, que já possuem índices complexos de qualidade de serviço e equilíbrio econômico-financeiro.

A expectativa do setor é que a proposta da área técnica da Aneel possa ser colocada na pauta da reunião da diretoria da agência a partir de 30 de janeiro. Uma das primeiras grandes distribuidoras que passará pelo novo ciclo de revisão tarifária é a Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia), cujas novas tarifas entrarão em vigor em 15 de março.

O assunto foi tema de audiência pública por cerca de dois meses. Ao todo foram apresentadas 36 contribuições de empresas e instituições. A maioria delas é pela manutenção ou aumento da taxa. O interessante é que os conselhos de consumidores da CPFL Paulista e Piratininga, Cemig e Ceal se posicionaram a favor da manutenção da taxa atual, de 8,09%. Já a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) defendeu aprimoramentos nos parâmetros utilizados pela Aneel, que levariam a taxa para 6,38%, valor 1,33 ponto percentual inferior ao proposto pela agência.

Em sua contribuição, o grupo Neoenergia, que possui quatro distribuidoras no país, informou que a atualização adequada dos dados utilizados pela Aneel indicaria uma taxa de 8,71%. A CPFL Energia lembrou que o índice de 8,09% foi definido em 2014, em um momento em que a economia brasileira ainda era classificada como grau de investimento. "Comparando com o cenário atual, é evidente que o investidor neste momento irá exigir uma remuneração adicional ao que era exigido em 2014", completou.

A Eletropaulo e a Enel também chamaram atenção para o fato de que a redução da taxa terá impacto mínimo na tarifa de energia, enquanto comprometerá de forma acentuada a capacidade de investimentos do setor para os próximos anos.

Ao **Valor**, a Aneel informou que a área técnica está analisando as contribuições recebidas na audiência pública e ainda não tem um "posicionamento técnico final" sobre o assunto. A agência reguladora acrescentou que ainda não há previsão de data para deliberação do tema pela sua diretoria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Indústria teme que tarifa afete produção

Grandes consumidores de energia elétrica voltaram a reivindicar em janeiro um corte mais expressivo nas despesas repassadas todos os anos às contas de luz por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em carta enviada no início do mês à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Abrace - entidade que reúne grandes grupos como Alcoa, Ambev, Braskem, CSN, Dow Chemical e Gerdau - alega que a alta nas tarifas provocada pelo inchaço no fundo setorial "pressiona os custos do setor produtivo".

O orçamento de 2018 da CDE, aprovado em dezembro, fechou com despesas de R\$ 16 bilhões. Com receita limitada, o déficit ficou em R\$ 13 bilhões, a ser cobrado dos consumidores. A Abrace defende que ainda há espaço para enxugar custos no setor. Questionada pelo **Valor**, a associação informou que existe um montante de quase R\$ 5 bilhões em despesas que poderia ser reduzido se submetido a auditorias mais rigorosas. A carta protocolada na Aneel sugere a criação de um "plano de redução estrutural" das despesas da CDE.

O corte de gastos defendido pela Abrace envolve, por exemplo, o ajuste na contabilização do estoque de carvão mineral cuja compra destinada à geração de energia é incentivada pelo governo. Outro ponto de contestação é o reembolso de despesas de distribuidoras do Norte com o despacho de térmicas nos sistemas isolados. A associação argumenta que, além das empresas Amazonas Energia, Ceron e Eletroacre serem devedoras do fundo setorial, conforme indicou a fiscalização da própria agência reguladora, o volume de gás natural reconhecido como despesa não condiz com a energia entregue pelas térmicas da região.

Em paralelo às queixas apresentadas pela indústria, a representação nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) começa a investigar se está havendo repasses indiscriminados de despesas da CDE às contas de luz. O presidente da OAB Nacional, Claudio Lamachia, informou ao **Valor** que, se a suspeita for confirmada, a entidade ingressará com ação judicial para suspender a transferência de custos para as tarifas.

"Já determinei que fosse feito um estudo no âmbito do conselho federal da OAB, a partir da comissão de defesa do consumidor, para entendermos os motivos desses valores estarem sendo colocados. A sociedade tem que saber por que está pagando essa conta", disse Lamachia. Segundo ele, as análises devem ser concluídas no prazo de até 60 dias.

Em resposta às críticas e reclamações, a Aneel tem alegado que o repasse de custos para os consumidores ocorre por imposição legal. Mas, em contrapartida, assegura que busca aperfeiçoar o controle dos fluxos financeiros do fundo que aprova anualmente.

No ofício à Aneel, a entidade também solicitou que R\$ 1 bilhão cobrado - como "restos a pagar" do orçamento de 2017 - dos consumidores fosse suspenso por não ter sido discutido com o setor. O pedido foi negado. "Auditamos tudo que é relacionado à CDE, e 'restos a pagar' ficou de fora porque não foi levado à audiência pública. Embora não tenha acatado nosso pedido, a agência se comprometeu a voltar atrás se algo estiver errado", disse o presidente da Abrace e ex-diretor da Aneel, Edvaldo Santana.

Para demonstrar que o orçamento deve ser revisado, a Abrace alertou a Aneel que é preciso deduzir o custo de operação da Termelétrica Aparecida, no Amazonas, referente ao período de julho de 2016 a abril de 2017. A usina esteve indisponível nesse prazo, sem gerar energia elétrica, relatou.

Santana avalia que o fim das distorções no preço da energia é, para a indústria, tão importante quanto a revisão das regras do setor prometida pelo governo. "A economia brasileira não se sustenta com o modelo que temos hoje", disse. Ele comentou que o setor produtivo olha com desconfiança a formação do custo da energia, quando se observa a sinalização de bandeira verde e preços reduzidos no mercado de curto prazo ao mesmo tempo em que o nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste está próximo de 40%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Ipsis Litteris

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um encargo setorial que possui diversos objetivos. O site da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) destaca alguns desses objetivos: promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC); pagar indenizações de concessões; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

A Aneel explica em seu site que os recursos são arrecadados através de quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com consumidor final, por meio de encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, os pagamentos anuais realizados pelos concessionários e autorizados a título de Uso de Bem Público - UBP, as multas aplicadas pela Aneel e a transferência de recursos da União. A regulamentação da CDE compete ao **Ministério de Minas e Energia** e a movimentação financeira à CCEE. Compete à Aneel a fixação da quota anual da

CDE, que deve corresponder à diferença entre necessidade total de recursos da conta e arrecadação proporcionada pelas demais fontes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires e Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: CCR estuda entrar em geração de energia

De olho em negócios rentáveis de infraestrutura, a CCR estuda entrar em mais uma área: geração de energia. O grupo é hoje um grande consumidor de eletricidade, sobretudo seus ativos de mobilidade urbana. Trinta por cento do custo da linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, da qual a empresa é sócia, é gasto com esse fim. Patamar semelhante tem o Metrô Bahia e, um pouco menor, o aeroporto de Confins.

"É um caminho natural começar a ser produtor independente, buscar um investimento em geração de energia. Estamos estudando", disse Renato Vale, presidente da CCR. Questionado, o executivo afirmou que há oportunidade "para todo lado" tanto no mercado primário como no secundário.

O plano de investir em energia não se trata exatamente "do passo seguinte". O grupo estuda continuamente oportunidades em várias áreas de infraestrutura que possam gerar valor aos acionistas e sejam relevantes para a sociedade. "Por enquanto estamos em mobilidade, aeroportos e rodovias. Mas não será necessariamente só isso", afirmou.

Vale concedeu entrevista ao **Valor** no mesmo dia em que a companhia arrematou o direito de explorar as linhas 5-Lilás e 17-Ouro do Metrô de São Paulo por 20 anos, ao pagar R\$ 533,9 milhões, ágio de 185% sobre o mínimo. A CCR liderou o consórcio formado com o Ruas Invest, que já é sócio da empresa na Linha 4-Amarela.

O grupo Ruas é sócio ainda na Linha 6-Laranja e é o principal operador de linhas de ônibus da capital paulista.

A segunda proposta foi do consórcio encabeçado pela CS Brasil, da JSL, que ofertou R\$ 388,5 milhões, ágio de 99,9%. A CS Brasil não tem operação metroferroviária, mas tem experiência com mobilidade urbana em transporte rodoviário. Opera ônibus de passageiro e transporte para empresas. Em nota, informou que continuará analisando oportunidades "em quaisquer áreas de mobilidade urbana." Só houve duas propostas.

Após ficar de fora dos últimos três leilões de rodovias estaduais, a CCR justificou que a entrada no leilão do Metrô respeitava a disciplina de capital da empresa.

"A única coisa que posso garantir é que a taxa de retorno praticada nessa proposta está totalmente dentro da nossa política de disciplina de capital. Jamais vamos entrar em um processo de licitação para perder dinheiro. Deixamos de ir no Rodoanel porque, dentro das nossas expectativas, as taxas não eram adequadas", disse Leonardo Vianna, presidente da área de mobilidade urbana da CCR.

Entre os riscos do projeto, o grupo citou o desconhecimento da real demanda de passageiros da Linha 17, uma vez que não há na cidade experiência prévia na operação de monotrilho, à exceção de testes realizados em um trecho da Linha 15-Prata. Diferentemente do metrô, o monotrilho é um modal de sistema fechado - a infraestrutura é feita para receber um modelo determinado de veículo.

Justamente por isso, outra dúvida está ligada ao fornecimento de material rodante, contratado da malaia Scomi, que tem apenas duas experiências com monotrilho na Malásia e na Índia. "Aparentemente [a empresa] não tem muita experiência nesse tipo de equipamento. É uma incógnita. Mas estamos acreditando que os trens serão entregues dentro do prazo pactuado com o governo e que o equipamento terá a performance que se espera", disse Vianna.

O executivo disse ainda que a CCR tem interesse nas concessões dos metrô de Bogotá, na Colômbia, e Lima, no Peru. Os países estão desenvolvendo projetos similares aos de São Paulo. "Nossa intenção é também estudar a participação nessas outras regiões."

Sobre novas oportunidades metroferroviárias em São Paulo, o executivo listou as linhas 8 e 9, para as quais a empresa fez inclusive uma proposta de manifestação de interesse (PMI), fase prévia à elaboração do edital para licitação. E a Linha 13, cujo ramal irá até próximo do aeroporto de Guarulhos. Todas são da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

"Fala-se na Linha 12 [CPTM], na 15 [monotrilho, do Metrô]. São muitas possibilidades de novos negócios em São Paulo", disse Vianna, destacando que interessa entrar em disputas de ativo prontos para operar, sem necessidade de muitos desembolsos com obra.

A intenção de ampliar o escopo dos investimentos faz com que a CCR cogite mudar o nome das áreas de atuação para abrigar novas adições ao portfólio, mesmo após reorganizar a estrutura em 2017. No ano passado, a empresa

conclui reestruturação interna com criação de quatro áreas de negócios (mobilidade urbana, rodovias SP, rodovias BR e aeroportos).

Vale disse que o princípio da empresa é "gente disponível para fazer investimento em gestão de negócio". E não dividir áreas de forma estanque. Ele afirmou ainda que, se o grupo de fato entrar no segmento de energia, faz muito sentido que o negócio esteja junto do que hoje é a área de mobilidade urbana, cujos ativos são os que mais consomem energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Russa NLMK cresce 40% em volume e receita na região

Ainda com percalços ao longo do caminho, a filial sul-americana da siderúrgica russa NLMK registrou um ano forte em 2017, reforçado principalmente pela demanda do mercado de manutenção e das usinas sucroalcooleiras. Entretanto, em suas operações locais, que têm maior escopo no Brasil, as margens ainda deixam a desejar.

Segundo Paulo Seabra, diretor-geral na América do Sul, as vendas cresceram cerca de 40%, para quase 15 mil toneladas em 2017. O executivo lembra que a alta de receita foi de ordem semelhante, já que os preços não sofreram mudança significativa. Em 2016, a receita na região foi de US\$ 70 milhões.

A NLMK chegou ao Brasil em 2015 e em meados do ano seguinte decidiu ampliar suas operações para o Peru. Agora, já tem operações no Chile, na Colômbia e já se volta para o Panamá. "O ano, na verdade, foi bem volátil", diz Seabra. "Tivemos oscilações de câmbio, e ainda a situação política no Brasil. É difícil ainda falar que a economia brasileira se descolou da política, já que o cenário está muito incerto e se torna mais difícil investir nesse ambiente."

A empresa traz aços especiais, de alta resistência, principalmente da Bélgica. Com as exportações de máquinas da linha amarela e o momento favorável das usinas sucroalcooleiras, forneceu mais material para esses setores. Também ajudou o fato de que as encomendas dos clientes não terem sido suficientes, em um momento de recomposição de estoques.

"Então vendemos mais mesmo em um momento adverso, o que, para ser sincero, até foi estranho", diz o executivo. "É necessário lembrar que o crescimento parece estrondoso por causa da base ruim. Mas como os clientes começaram a aumentar o estoque, fizeram novos pedidos acima da

programação original. Os reajustes promovidos pelas siderúrgicas daqui também nos ajudaram a vender mais."

Mas, assim como em 2016, o grande volume comercializado foi para o chamado "after market", de manutenção ou reaproveitamento de máquinas já em operação. A maior tonelagem é destinada a esse segmento, já que os equipamentos são maiores.

De boa notícia, além da receita em alta, dois contratos importantes de fornecimento em mais longo prazo. Um deles, de três anos, para fornecedores da Vale, e outro para a Yamana Gold. A renovação de frotas das mineradoras tem chamado a atenção da empresa.

"Nosso objetivo é continuar trazendo ao mercado aquilo que não é produzido aqui, com especificidades que não temos no Brasil", lembra Seabra. "Como nosso tamanho é pequeno, não atrapalhamos quem já está consolidado no mercado de chapas. Fornecemos complemento ao que já está aí."

O problema é que até agora a saúde financeira não deslanchou. O executivo diz que as margens seguem apertadas e, muitas vezes, perto de zero. Dificuldade de formação de preços e câmbio, principalmente, estão entre os motivos citados para essa situação.

"Temos de nos virar para não dar prejuízo em muitas vezes, e em geral uma operação dessa daria margens de dois dígitos para nós", afirma. "O câmbio é imprevisível, perdemos dinheiro fazendo o hedge que todo importador precisa e temos de entregar por contratos já firmados. Mas estamos lutando por uma operação mais saudável."

À matriz, a explicação é de que o momento no Brasil é delicado, mas que as perspectivas seguem boas. Seabra lembra que em todas as crises, como a vivenciada nos últimos anos, o país emergiu com melhores perspectivas. O segmento de aços especiais, por exemplo, atende por 7% do total na Alemanha; no Brasil, são 2%. "Conversamos com a sede para tranquilizá-los e eles têm essa consciência. Buscamos manter a equipe o mais enxuta possível, investindo em melhoras principalmente de sistemas, processos e logística."

MME / ASCOM .